

## **O Brasil não precisa de planejamento, mas de uma estratégia nacional de desenvolvimento**

Entrevista com Luiz Carlos Bresser-Pereira

Entrevista feita em 1.4.2008 por Gilberto Maringoni, a ser publicada no livro *Planejar é Preciso*, pela Associação Brasileira de Bancos de Investimento, 2008.

**Pergunta – O planejamento econômico é essencial para o desenvolvimento do país?**

**Bresser** – Na quadra histórica em que o Brasil se encontra, com uma economia de renda média, com um mercado bastante desenvolvido, o planejamento estrito senso não faz mais sentido. O que tem sentido é a construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Isso não quer dizer que o país não tenha de fazer planejamento. As empresas e o governo fazem planejamento estratégico. Cada um define seus próprios investimentos - como vem sendo feito pelo governo através do PAC - que estão fortemente relacionados com os investimentos do Estado, financiados pelo BNDES e outros órgãos. Isso faz parte de nossa Constituição, através da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que é um processo de planejamento. O planejamento do orçamento e seus investimentos correlatos não podem ser definidos como planejamento propriamente dito, porque este envolve toda uma lógica de metas para todos os setores da economia, através de uma matriz única. Isso perdeu o sentido.

**Pergunta – Perdeu o sentido porque o governo perdeu uma série de ativos estatais e privatizou áreas de infra-estrutura, importantes para a atuação do Estado como agente econômico?**

**LCBP** – Não. Isso não é necessário e nem factível para o desenvolvimento econômico capitalista, em um país que tem uma quantidade enorme de empresários, investindo cada um de seu jeito e com um mercado muito amplo. Penso que esta deve ser uma resposta frustrante

para um livro sobre planejamento econômico. Mas sou um defensor de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Qual a diferença? É que na segunda, não preciso definir uma série de metas. A política industrial brasileira não é planejamento. Ela é setorial. Também não sou partidário de um mercado absolutamente livre, que não nos leva a lugar algum. Aquele planejamento, bom para o Brasil nos anos 1950, na atualidade, deve ser substituído por uma estratégia nacional de desenvolvimento. Ela também existia entre os anos 1950-70. Este foi o fator decisivo para que o Brasil tivesse o enorme crescimento que teve.

**Pergunta – E o que é uma estratégia nacional de desenvolvimento?**

**LCBP** – Fazem parte dela uma série de leis e normas. A Constituição a integra. Mas essa estratégia é fundamentalmente um grande acordo informal entre as classes, tendo como objetivo básico o desenvolvimento econômico e maior justiça social. É um grande acordo envolvendo vários ministérios e órgãos de governo, com o objetivo de se criarem condições de investimento lucrativo aos empresários. O lado mais importante é o da demanda. Por isso, devem-se criar condições para o aquecimento do mercado interno, o que tem sido feito nos últimos anos, através do aumento do salário mínimo e de várias bolsas sociais. Deveria também ser feito – e não está sendo – em relação aos investimentos voltados para exportação. E precisaria ser neutralizada a tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio, existente em todo país em desenvolvimento, inclusive o Brasil. A taxa de câmbio está também vinculada à demanda. Sem uma taxa de câmbio competitiva não há demanda por investimentos voltados à exportação. É claro que existe também o lado da oferta, nesta estratégia nacional de desenvolvimento. Existem coisas óbvias. Não se planejar obras de infra-estrutura, através do PAC, mas há que se desenvolver a educação, a ciência e tecnologia, elementos fundamentais do lado da oferta. Esta é uma dinâmica que envolve ministérios, governadores, empresários, intelectuais, jornalistas etc. Todo mundo que esteja mais ou menos de acordo com o pressuposto colocado, que é a globalização, o estágio atual do capitalismo. O estágio anterior foi o dos trinta anos gloriosos (1945-1975). Na nova fase, a globalização se caracteriza essencialmente, do ponto de vista econômico, por uma forte competição generalizada entre os Estados-nação. Para os neoliberais e os economistas neoclássicos, existe apenas uma competição entre as empresas e não entre os Estados-nação. Falso. Assim como as empresas necessitam de planejamento estratégico, os Estados também necessitam. Mas nesse caso, dos

Estados, eu chamo de estratégia nacional de desenvolvimento. É algo informalmente entendido por todos os envolvidos no projeto.

Se a globalização se caracteriza por uma competição entre Estados-nação, eles têm de ser eficientes nessa competição. Ou o Brasil é competente nisso ou morre. Se existe uma tendência à sobrevalorização da taxa de câmbio, é preciso neutralizá-la, para que a taxa seja competitiva. Se o desenvolvimento necessita de uma taxa de lucros superior à taxa de juros corrente, é necessário reduzir a taxa de juros. E se precisarmos de um Estado forte, é necessário, na parte macroeconômica, de um ajuste fiscal muito forte. Uma estratégia nacional de desenvolvimento só pode existir se, além de termos uma classe empresarial e uma classe trabalhadora fortes, tivermos uma classe profissional pública e privada forte.

### **Pergunta – E quanto ao Estado?**

**LCBP** - É necessário um Estado forte. O que é o Estado? É o sistema constitucional legal, ou a ordem jurídica, com a organização que o garanta. Estado não é só uma das partes. A definição funcional é que o Estado é ser o instrumento por excelência de ação coletiva da nação. Então a nação brasileira, a nação chinesa, a nação francesa têm seus Estados. E esta instituição normativa organizacional é regula a justiça social, a segurança, o desenvolvimento econômico, a liberdade, a proteção do meio ambiente etc.

Esse estado precisa ser forte. Para isso, é necessário que o sistema constitucional legal seja adequado ao país, o que traz legitimidade na sociedade. E é importante que as leis sejam adequadas. Em segundo lugar, é necessário que a organização do Estado seja eficiente. Hoje ela é enorme, o Estado moderno pesa em média 40% do PIB e quanto mais civilizado, maior essa porcentagem. Para você ter quase metade do PIB controlado pelo Estado, é preciso que este seja eficiente. Em terceiro lugar, o Estado precisa ser fiscalmente forte. Ele não pode estar quebrado e cheio de dívidas. Não pode estar com a corda no pescoço o tempo todo. Mas o Estado não é o único agente do desenvolvimento. Há também a nação. Parte dos investimentos será feita pelo Estado, mas a maior parte o será pelos empresários. Os técnicos, no Estado e fora dele, terão uma enorme importância. Os trabalhadores também são decisivos. Internamente, há a competição, mas o esperável é que quando vamos competir internacionalmente, estejamos razoavelmente unidos. O Brasil não tem, há muito tempo, estratégia nacional de desenvolvimento. É nosso drama atual.

**Pergunta – Há ambiente para este acordo informal, hoje?**

**LCBP** – Não, ainda não... mas a situação melhorou. Escrevi no ano passado um *paper* que alcançou boa repercussão. Chama-se *O novo-desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional*. O que digo ali? Que o Brasil e outros países da América Latina, entre 1930 e 1980, tiveram um enorme desenvolvimento econômico. Fizemos um *catch up*, um alavancamento. Como isso foi feito? Essencialmente usando uma estratégia nacional de desenvolvimento. E como ela se chamava? Era o nacional-desenvolvimentismo. Quem formulou essa estratégia? Foram os economistas da Cepal – Celso Furtado e Raul Prebisch – e os economistas e cientistas políticos do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), como Inácio Rangel, Helio Jaguaribe e Guerreiro Ramos. Ao longo do tempo, essa estratégia entrou em crise, por um fator exógeno, a dívida externa. Não era algo totalmente inerente a ela. Eu digo isso, porque a idéia de se crescer com poupança externa, com déficit externo, não era meramente neoclássica. Nos anos 1990, ela se tornaria totalmente neoclássica, nas mãos do presidente Bill Clinton, e dos Secretários do tesouro Larry Summers e Robert Rubin. Quando os países equacionaram suas crises de endividamento, com o Plano Baker, no início dos anos 1990, abre-se um novo ciclo de endividamento. A crise do nacional desenvolvimentismo acontece nos anos 1980 também por ser ele extremamente voltado para a substituição de exportações e não para as exportações em si. É fato que no caso brasileiro isso não foi totalmente verdadeiro. Nos anos 1970, nós combinávamos a substituição de importações com a orientação para exportações. Nós anos 1980, tivemos a crise do endividamento, uma crise do balanço de pagamentos e, o mais grave, a nova hegemonia norte-americana, viabilizada pela própria crise de endividamento e pelo colapso da União Soviética. Assim, o terceiro e o segundo mundo entraram em crise ao longo dos anos 1980. Sobraram os EUA. A partir de 1990, os países se submetem ao que eu chamo de ortodoxia convencional.

**Pergunta – Explique melhor essa estratégia?**

**LCBP** - Há muitos planejamentos. A reforma gerencial do Estado cobra de todos os órgãos um planejamento estratégico. O sistema é tão complexo, que um planejamento só não dá conta. O importante é existir um acordo. Qual a possibilidade de ele existir? Nos anos 1980 era impossível por conta da crise da dívida. Nos anos 1990, a hegemonia ideológica neoliberal

era absoluta. Hoje em dia a coisa melhorou muito. Um dos motivos é que ficou claro o fracasso monumental da ortodoxia convencional. O velho desenvolvimentismo foi efetivo durante 50 anos, entre 1930 e 1950 e fracassou nos últimos 10 anos. A ortodoxia dos anos 1990 não deu certo em lugar nenhum. Falam “no Chile”. Mas o Chile foi o único país da América Latina que fez controle de entrada de capitais nos anos 1990. Agora estou preocupado com o Chile, por eles terem feito um acordo com os EUA, o que é uma desgraça. O primeiro item do acordo bilateral diz ser proibido o controle de capitais.

### **Pergunta – A pressão dos países ricos pesa?**

**LCBP** – Sim, essa vem a ser a “estratégia” recomendada por Washington e Nova York. Ou seja, a estratégia recomendada pelos nossos competidores. No velho desenvolvimentismo, nós nunca pensamos nos outros países ricos como competidores. Eles eram muito mais ricos que nós, que não os víamos assim... Mas quando chegam os anos 1970, seis desses países se transformam em MICs (*Middle income countries*). Eram México, Coréia, Hong Kong, Brasil, Taiwan e Cingapura. Ou seja, os quatro tigres asiáticos, mais Brasil e México. A importância política dessa classificação foi muito grande. Pela primeira vez, países de renda média, com mão de obra barata, exportavam manufaturados, alguns relativamente sofisticados, para países ricos. Isso era concorrência. Nós viramos competidores. O que acontece? A ortodoxia convencional e o Consenso de Washington aparecem como reações à nova situação. Eu fui um dos primeiros economistas brasileiros a me contrapor ao Consenso de Washington. Em 1990, na aula magna da Anpec ([Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia](#)), em Brasília, eu fiz a crítica ao Consenso de Washington. A ortodoxia convencional é uma falsa estratégia. Ela adota o que nossos concorrentes propõem. É como se eu, quando fui diretor do Pão de Açúcar, chegasse um dia e constatasse que as vendas não iam bem, que o lucro precisaria melhorar. Na reunião da diretoria eu revelaria: “Tenho uma idéia!”. E emendasse: “É muito fácil. Vamos tomar um avião até Paris, batemos à porta da diretoria do Carrefour e perguntamos o que fazer. Aí eles explicam e a gente faz tudo”. Simples. Se eu fizesse isso, eu seria considerado um louco, ou pelo menos me demitiriam. Pois foi isso que fizeram no Brasil, desde 1991. Seguimos os conselhos dos concorrentes: crescimento com poupança externa, taxa de juros altas, câmbio não competitivo e ajuste fiscal frouxo. E, por fim, Estado fraco. Um desastre, evidentemente. Não há país que se desenvolva

com isso. É por isso que discuto o novo-desenvolvimentismo. Os países asiáticos – Coréia, Tailândia, Indonésia e Malásia - entraram nessa coisa e em seguida voltaram atrás, bem correndo. O novo-desenvolvimentismo é, então, uma estratégia de competição que implica menos intervenção estatal que o nacional desenvolvimentismo. Implica, por exemplo que o Estado não precise fazer poupança forçada. Ainda que a poupança e o investimento públicos sejam importantes, mais importante é o investimento privado e as condições para que ele seja realizado.

**Pergunta – O sr. considera o Estado brasileiro, que arrecada quase 40% do PIB, fraco?**

**LCBP** – O Estado brasileiro é relativamente fraco. A crise dos anos 1980 e a adoção do neoliberalismo, nos anos 1990, o enfraqueceram muito. Mas ele não é tão fraco assim. Mas quero voltar às comparações entre o novo e o velho desenvolvimentismo. A primeira é o investimento do Estado. Ele tem relativa importância. Além disso, o Estado não precisa mais ser protecionista, porque não existe mais uma indústria infante a se proteger. E o Brasil não pode crescer fundamentalmente com poupança externa. Nós estamos diante da globalização. O Brasil é um país de renda média, com uma classe empresarial grande, com uma classe profissional grande, tem uma bela infra-estrutura, uma renda média e, portanto, está na competição. A globalização comercial é uma grande oportunidade para o Brasil. Temos mão de obra barata e possibilidade de comprar ou imitar tecnologia estrangeira a um custo relativamente baixo. Podemos competir internacionalmente em muitos setores. Não precisamos de proteção. O que precisamos? De uma taxa de câmbio competitiva. Embora os nossos *police-makers*, desde os anos 1930, não vejam tanta importância no câmbio, ele é absolutamente fundamental para o desenvolvimento. E é um dos temas proibidos na economia neoclássica conservadora. Na OMC (Organização Mundial do Comércio) não se discute taxa de câmbio. Mas se discute aumento de custos, taxas, incentivos... Quando a taxa de câmbio no Brasil despencou de R\$ 3,40 para R\$ 1,70, ela se depreciou em 50%. É a mesma coisa que o Brasil instituisse hoje uma tarifa de 100% para suas exportações. A taxa de câmbio que eu considero como de equilíbrio para nossa indústria deve estar – ninguém sabe o número exato – entre R\$ 3,40 e R\$ 1,70. Vamos supor que algo como R\$ 2,50 ou R\$ 2,55, uma taxa de equilíbrio industrial. Se a adotássemos, seria o equivalente a adotar uma tarifa de importação

e um subsídio à exportação nessa porcentagem. Algo como 50%. Não é necessária proteção ou algo mais. A mim basta o câmbio.

**Pergunta – Quais as outras diferenças com o nacional desenvolvimentismo?**

**LCBP** - A diferença está na macroeconomia. Também está do lado da oferta, também está num Estado que intervenha um pouco mais do que hoje, mas não tanto como naquela época. O fundamental é que se cresça com poupança interna. Além disso, precisamos de política fiscal severa, que discipline as contas públicas e baixe o patamar da dívida pública, uma taxa de juros moderada, em torno de 2% em termos reais, e taxa de câmbio competitiva, neutralizando-se as tendências a sua sobrevalorização.

**Pergunta – E a movimentação de capitais?**

**LCBP** – A administração da taxa de câmbio se faz através de dois mecanismos fundamentais. O primeiro é combatendo a doença holandesa, colocando um imposto marginal sobre as exportações. Esse imposto deve incidir sobre o valor obtido em termos de desvalorização do câmbio por aquele produto. Em segundo, através da compra de divisas. Agora, em determinados momentos, você tem de ter controle de capitais, sim senhor. Pois se o Brasil sair de uma taxa de câmbio de R\$ 1,70 e ir para R\$ 2,55, certamente teremos de fazer, por algum tempo, um fortíssimo processo de controle de entrada de capitais. Na saída não há problemas. Se eu fosse resumir em apenas um conceito minha concepção de novo-desenvolvimentismo, eu diria: crescer com poupança interna. Para ter uma taxa de câmbio competitiva, eu tenho de crescer com poupança interna. Quem precisa de controle de capitais na saída é quem faz a ortodoxia convencional, que cresce com poupança externa. Chega um momento em que os credores perdem confiança, acontece o efeito manada, os capitais saem e você tem crise de balanço de pagamentos. Todas as crises dos anos 1990 aconteceram por conta do crescimento com poupança externa, com déficit em conta corrente. Todos os países do mundo cresceram – inclusive o Brasil – com poupança interna. Os países ricos nos oferecem uma estratégia que eles não seguem.

**Pergunta – O que o sr. propõe – regular o câmbio, os juros, a circulação de capitais – é uma grande intervenção no mercado. É tudo o que é pecado hoje...**

**LCBP** – Claro. Meu livro *Macroeconomia da estagnação* discute esses problemas. Estamos em uma armadilha dos juros e do câmbio. Nós temos um pouquinho de desenvolvimento agora por causa desse boom das *commodities*. Mas estamos acumulando déficits em conta corrente e caminhando para uma nova crise daqui a algum tempo.

**Pergunta – O sr. acha que as privatizações dos anos 1990 fizeram com que o Brasil perdesse algum tipo de controles estatal?**

**LCBP** – Fui sempre contra as privatizações das elétricas, mas das teles, não. Eram monopólios naturais. Mas não sei se é um problema fundamental. Seria melhor que as elétricas estivessem conosco, mas elas não nos fazem tanta falta.

**Pergunta – A economista Tânia Bacelar escreveu recentemente que sempre tivemos no Brasil um desenvolvimentismo conservador, que concentra renda e não muda as estruturas fundamentais do país. Em que o novo desenvolvimentismo se diferencia disso?**

**LCBP** – Incluo uma política distributiva no novo desenvolvimentismo, porque incluo nele o mercado interno. Nisso, Celso Furtado foi muito claro. A inovação que trago para o debate é a questão do câmbio e a das exportações. Mas é necessário crescer o mercado interno, é preciso aumentar o salário mínimo, fazer sistemas de renda básica e aumentar o gasto social em saúde e educação. Tudo isso faz parte de um Estado forte, com características democráticas e sociais. Democrático por pedir a participação da sociedade. E social por prover uma grande quantidade de serviços sociais, via consumo coletivo. Eu só não tenho enfatizado muito isso, porque desde os anos 1970, os críticos do regime militar colocaram como metas fundamentais a democracia e a distribuição de renda. Quando chegaram ao governo, a democracia foi garantida e foi feito um esforço muito grande no sentido de aumentar a distribuição de renda, especialmente no gasto social, que dobrou em relação percentual ao PIB. É preciso continuar. Mas agora, o prioritário é crescer, pois distribuir renda nós sabemos como fazer. O que não sabemos é como romper com a estagnação.

**Pergunta – Sua conduta nos governos Montoro, Sarney e Fernando Henrique não teve momentos de aproximação com o que o sr. chama de ortodoxia convencional? Como essas participações se articulam com sua trajetória intelectual?**



**LCBP** – Eu não fiquei imune às ideologias neoliberais e globalistas. Sou originalmente um economista estruturalista, latino-americano e nacionalista. Quando eu tinha 20 anos, o que me influenciava era o ISEB, através de Guerreiro Ramos, Helio Jaguaribe e Inácio Rangel, como já mencionei. Eu desisti de ser um juiz de direito em favor de ser um economista ou um sociólogo do desenvolvimento. Fui fazer doutorado e livre docência em economia. Eu sempre fui um nacionalista. Os intelectuais brasileiros se tornaram anti nacionalistas no final dos anos 1960, quando adotaram a teoria da dependência e a idéia de que não haveria burguesia nacional e não existia nação brasileira. No momento da transição democrática, isso melhorou. Os liberais se aliaram à esquerda e aos trabalhadores, para fazer a grande campanha das diretas. Os empresários traziam uma visão nacionalista. Quando o novo pacto democrático e popular chega ao poder, em 1985, havia uma mensagem moderadamente nacionalista e fortemente distributivista. Mas aí o Plano Cruzado fracassa e este pacto todo faz água. Nos anos 1990, a hegemonia ideológica neoliberal era absoluta e ela certamente me atingiu. Mas se eu voltar atrás e examinar minha participação no governo Montoro (1982-86), em São Paulo, me vejo na presidência do Banespa. Ali, tentei dinamizar uma empresa latino-americana voltada para o desenvolvimentismo. No Ministério da Fazenda (1987-88), fui fortemente nacionalista. Fiz uma discussão da dívida externa e lutei duramente para conseguir um desconto no saldo devedor, através da securitização. Houve uma luta muito séria com o Banco Mundial e com o governo norte-americano...

**Pergunta – O sr. pegou o fim do Cruzado...**

**LCBP** – Exatamente. Na época, eu diagnostiquei que o Brasil vivia uma grande crise econômica, que ninguém percebia. No entanto, nos anos 1990, a onda globalista e neoliberal também me atingiu. Mesmo assim, quando vou para o governo Fernando Henrique, vejo que a política econômica em relação à taxa de câmbio era desastrosa. Critiquei isso internamente no governo e especialmente ao Fernando. Fiz carta e documentos, mas não adiantou. Percebi que o problema da defesa da empresa nacional saíra da agenda governamental, eliminou-se da Constituição a prioridade das empresas nacionais etc. Não concordei com isso. Quando saí do governo, em 1999, comecei a estudar o que estava acontecendo no Brasil e na América Latina. E fui compreendendo, primeiro, este problema da poupança interna. Depois vi que o Consenso de Washington não era apenas neoliberal, era contrário aos nossos interesses. Para

isso, me ajudou muito o livro do professor de economia da Universidade de Cambridge Ha-Joon Chang, *Chutando a escada* (Edunesp). Ele mostra com clareza como continua vivo o imperialismo dos países ricos e como buscam neutralizar o desenvolvimento dos outros. Só que ele coloca a coisa em termos de política comercial. Hoje o problema é a taxa de câmbio.

**Pergunta – O sr. trabalha com o conceito de “imperialismo”?**

**LCBP** – Mas é claro! No entanto, acho que no capitalismo não existe mais espaço para imperialismo propriamente dito. O império é a unidade política territorial, por excelência, da sociedade pré-capitalista. E a unidade política territorial, por excelência, do capitalismo é o Estado-nação. Até a transição do século XIX para o século XX, os grandes Estados-nação, especialmente Inglaterra e França, tinham um império capitalista, uma excrescência. Hoje isso acabou, não existem mais impérios com colônias. Mas é evidente que os países ricos buscam não apenas neutralizar nosso desenvolvimento, mas nos explorar de todas as maneiras. A forma fundamental para fazer isso é reduzir nosso espaço, como fizeram na OMC, na Rodada Uruguai e através do conselho de que nos financiemos com poupança externa. Isso é uma atitude imperial. É burra, porque não percebem que se nós crescermos, eles crescerão mais também. E a exploração se faz não apenas pelos juros altos obtidos nos empréstimos, mas através do investimento direto. O ativo econômico mais importante de uma nação é sua população, com nível de competência técnica, e seu mercado interno. Nas negociações comerciais, a abertura ou não de mercados internos é um ponto fundamental. Se isso é verdade para o comércio, por que não o é para o investimento direto? Por que eu ofereceria meu mercado de graça para empresas estrangeiras, sem receber nada em troca por isso? Não há razão. Eu sempre pensei assim, mas deixei de raciocinar dessa maneira desde o final dos anos 1970. Um dos fatores para isso foi uma estatística, que continua saindo nos jornais uma vez por ano. Ela fala dos países que mais recebem investimento direto no mundo. Naquela época, o campeão eram sempre os Estados Unidos, seguido da Alemanha. Depois vinham os demais países ricos. Aí a pessoa que me mostrava os dados virava-se e dizia: “E aí? O que você me diz? Como você continua com seu ar crítico, achando que eles estão nos explorando?” E eu ficava sem argumento. Até que recentemente, eu percebi... mas que sacanagem! Eles estavam nos enganando, da maneira mais tola do mundo! O que interessa nessa estatística, não são os números brutos, é a estatística líquida. É preciso ver quanto os

EUA recebem de investimento direto e *quanto eles fazem*. É o balanço líquido. E eles fazem muito mais do que recebem! Não dão nada de graça. Eles dão um pouco do seu mercado, em troca de muito do nosso mercado! Nós damos de graça nosso mercado interno; é exploração!

**Pergunta – O sr. continua na atividade acadêmica?**

**LCBP** – Eu não faço outra coisa na vida, nos últimos nove anos, que não estudar e escrever. Continuo dando poucas aulas. Estudo, leio, dou entrevistas, faço conferências, em uma atividade bastante intensa. Quando saí do governo, eu poderia ter me voltado à iniciativa privada. Não fiz isso porque, tendo já uma independência econômica, julguei poder dar uma contribuição independente e razoavelmente original.

**Pergunta – Que escola ou corrente de pensamento econômico, ou ainda, que autores, tiveram maior influência em sua trajetória?**

**LCBP** – As principais influências vieram do ISEB e da Cepal. Eu tinha 20 anos, era da Ação Católica, idealista e alienado. Começava o 3º. ano da Faculdade de Direito, quando me deparei com o número 4 do *Cadernos do nosso tempo*, do ISEB. No final da leitura da revista, pensei: “Não vou mais ser juiz de Direito. Vou ser sociólogo ou economista do desenvolvimento econômico”. Foi em janeiro de 1955. Continuei a faculdade. Meu pai estava falindo e eu precisava cuidar da vida. Só passei a pensar em um caminho real, quando passei em um concurso na Fundação Getulio Vargas, em 1959. Em resumo, minha primeira escola foi o ISEB. Em seguida, começo a ler as coisas do Celso Furtado e da Cepal. Fiquei, além disso, fascinado por um livro do Adolf Berle<sup>1</sup> sobre a separação do controle acionário e administrativo das empresas norte-americanas. Isso permitiu o surgimento de uma nova categoria profissional, a tecnoburocracia. Quando eu entro na FGV e vou para os Estados Unidos, fazer um MBA em *business*, estudo Max Weber e Schumpeter. Voltei para o Brasil com essa bagagem, além de ter aprendido alguma coisa da sociologia funcionalista norte-americana, tendo lido um pouco de Marx e Keynes também. Mas o desenvolvimentismo isebiano e a economia cepalina ainda são minhas guias. Mais tarde, estudei bastante Marx.

---

<sup>1</sup> Adolf Berle (1895-1971) foi um diplomata e professor de direito na Universidade de Colúmbia. Serviu como embaixador no Brasil entre 1946-47 e foi um dos idealizadores da Aliança para o Progreso. O livro mencionado é *The Modern Corporation and Private Property*.

Minhas grandes referências internas são Celso Furtado, Inácio Rangel e Guerreiro Ramos. E as externas são Marx, Weber e Keynes.

**Pergunta – Qual foi o governo brasileiro que melhor estruturou uma estratégia de desenvolvimento?**

**LCBP** – Getulio Vargas, especialmente em seu segundo governo (1951-54). Foi o grande estadista brasileiro do século XX. Além dele, um presidente por quem eu tenho o maior respeito é o dr. Itamar Franco. Naqueles dois anos, 1992-94, mostrou uma característica admirável e particular. É um definitivo patriota, com espírito republicano e nacionalista. Em todas as suas decisões, o critério do interesse nacional estava em primeiro plano. Os outros, seus objetivos pessoais e de carreira, ficaram para trás.

**Pergunta – E o governo Sarney?**

**LCBP** – Não acho que tenha sido um bom governo. Ali vivemos o auge do populismo econômico, que é diferente do populismo político. Eu tenho o maior respeito pelo populismo político, cuja maior expressão foi Getulio Vargas. O que é o populismo político? Ele acontece em um país em que o desenvolvimento político é baixo e os partidos políticos são fracos. Aí surgem líderes que conseguem se comunicar diretamente com as massas. Pois bem, outra coisa é o populismo econômico, é querer gastar mais do que se arrecada. É um desastre, tanto para o Estado quanto para a nação. Getulio Vargas nunca foi um populista econômico; tinha muito clara a importância do equilíbrio fiscal e financeiro para o país. Não vamos esquecer que ele foi Ministro da Fazenda. Era um sujeito muito acima da média dos que o cercavam. O auge do populismo econômico brasileiro se deu entre 1985 e 1990, durante o governo Sarney. Não é só por culpa dele, coitado. Assim como o auge do neoliberalismo se deu no governo Fernando Henrique, e não só por culpa dele, é um problema de hegemonia, tanto interna quanto externa. No caso Sarney, havia algo mais em nossa percepção na época. A crítica da política econômica da ditadura que fizemos – e sublinho o nós – foi superficial. Ela se resumia à afirmação de que faltava demanda efetiva e, portanto, a solução seria gastar mais, entrando em déficit público crônico. Percebi isso quando cheguei ao Ministério da Fazenda. Tentei mudar. Eu saí de lá porque o Sarney não estava disposto a aplicar uma disciplina fiscal rígida. Na época do Ministério da Fazenda, fui quase expulso do PMDB,

porque eu queria fazer ajuste fiscal. E isso era inaceitável. Na ocasião, o dr. Ulysses me chamou e convidou para a conversa o Celso Furtado, o Luciano Coutinho e a Maria da Conceição Tavares. O presidente do PMDB pediu para eles me darem cobertura, o que foi feito. Eu seria expulso pela convenção do partido. E isso não aconteceu. Montei o primeiro Ministério não populista do período democrático. Quando saí, o Maílson da Nóbrega prosseguiu com o populismo. Ele pode fazer todos os artigos que quiser, negando isso, mas foi o que aconteceu. Foi muito ruim, porque o nacional desenvolvimentismo foi confundido com o populismo. E o nacional desenvolvimentismo não é populista! Nem a Cepal, nem o ISEB e nem Getulio Vargas são populistas no sentido econômico.